

SOBRE A INCERTEZA

Norbert Lechner

*Tradução de
Rolando Lazarte*

1. Notas elaboradas para uma reunião sobre a consolidação democrática na América Latina, organizada por Guillermo O'Donnell, publicadas inicialmente em *The New York Review of Books* (10 de abril de 1986).

2. *Quê es realismo en política?*, Buenos Aires, Ed. Catálogos, 1986.

3. O artigo foi produzido por *Revista de CIEPLAN*, n.º 4, Santiago de Chile, julho, 1986; *Novos Estudos CE-BRAP*, n.º 15, São Paulo, julho, 1986, e *La Ciudad Futura*, Buenos Aires, agosto, 1986.

Num ensaio recente, Albert Hirschman propõe uma abordagem realista da democracia na América Latina¹. Ao invés de esperar que se cumpram os chamados "requisitos da democracia" (crescimento econômico dinâmico, autonomia nacional, maior equidade social, menor antagonismo ideológico etc.), seria necessário trabalhar a democracia a partir das condições dadas: explorar o possível, estar atento ao emergente, aproveitar as oportunidades favoráveis, sem menosprezar os avanços parciais. Também o debate latino-americano sobre a democracia revela preocupação com uma nova visão realista². No entanto, provavelmente ainda não seja uma perspectiva mais elaborada do que, segundo Yourcenar, vislumbrava um olhar histórico de cinco séculos atrás: que o futuro contém mais eventos do que pode trazer à luz, e que só o acontecimento decide, em última instância, qual desses germes é viável, abrindo-se assim novas possibi-

lidades. Entretanto, não se trata apenas de constatar que, quanto maior é o telescópio, mais estrelas vemos — constatação esta, por sua vez, pouco óbvia em suas conseqüências até poucos anos atrás. A notável repercussão da reflexão de Hirschman³ deve-se, creio eu, à explicitação do caráter subversivo da pergunta pelo possível — a incerteza.

Uma vez perdidas as garantias sagradas acerca do que a ordem foi e sempre será, a modernidade constantemente defronta com uma breve pergunta: o que é possível? Invade-nos a dúvida acerca de um futuro imprevisível e ainda acerca da realidade existente, acerca de quem é o outro e quem somos nós mesmos. E dessa incerteza nasce a democracia moderna. "O essencial", afirma Claude Lefort, "é que a democracia institui-se e se mantém na dissolução dos referenciais de certeza. Ela inaugura uma indeterminação última quanto aos fundamentos do Poder, da Lei do Saber e

4. Claude Lefort, "El problema de la democracia" (*Opciones*, n.º 6, Santiago de Chile, 1985, p. 84).

5. Gino Germani, "Democracia y autoritarismo en la sociedad moderna" (*Crítica y Utopía*, n.º 1, Buenos Aires, 1979 e vários autores, *Los límites de la democracia*, CLACSO, Buenos Aires, 1985).

quanto ao fundamento da relação do eu com o outro em todos os registros da vida social"⁴. Aceita a interpretação, podemos nos limitar a essa conclusão? Como tantos outros desiludidos, Lefort tende a exorcizar a fé perdida. Reina um clima intelectual, a chamada "cultura pós-moderna", que se satisfaz em arrasar com as sem dúvida frágeis certezas de outrora e em proclamar um desencantamento que, justificado frente a um discurso saudosista ou francamente obsoleto do progresso, no fim das contas é de um falso radicalismo e de um realismo vulgar. Mostrar que o rei está nu e assumir a incerteza de uma história sem sujeito nem fins é uma desmontagem necessária, mas insuficiente. Para se elaborar uma visão desencantada é preciso atender as demandas de encantamento, isto é, a busca de certeza. Se a democracia surge da incerteza, não o faz precisamente como uma tentativa de resposta?

O tema vem de longe. Na discussão latino-americana é recolocado por Gino Germani, naquele que seria seu último trabalho⁵. Refletindo sobre o auge do novo autoritarismo, Germani lembra-nos que a mesma secularização da sociedade — mediante a passagem de formas prescritivas para formas eletivas de ação, mediante a legitimação da mudança e a progressiva especialização de papéis e instituições — que torna possível a democracia também a corrói pelo ilimitado questionamento de todo o estabelecido. Embora na América Latina tenhamos diariamente à nossa frente essa contínua erosão de qualquer ordenamento social, convém frisar mais uma vez o efeito desestabilizador dessa incerteza: o processo social é percebido como uma ameaça à identidade. É esse o contexto em que surge aquela "superideologização" da política latino-americana já anteriormente apontada pelo próprio Hirschman. O que é a "superideologização", a pretensão dos discursos políticos de elaborar uma visão onicompreensiva e totalizante, senão uma tentativa de reconstruir um horizonte de certezas? Perdido o fundamento religioso da ordem e na ausência daquela similitude de sentimentos e crenças que Tocqueville detectou na base da democracia norte-americana, o que é que coesiona a vida social?

No caso da Europa, o processo de secularização teve seus efeitos desestabi-

lizadores minimizados, porque o avanço concomitante do mercado e da burocracia deu à esfera pública uma racionalidade formal que compensou a relativização e privatização dos valores. Existe uma "integração sistemática" que é precisamente o oposto da "heterogeneidade estrutural" característica da sociedade latino-americana. Por isso mesmo, na América Latina, a integração cultural tem uma importância fundamental, manifesta no lugar de destaque que ocupa o tema do "consenso". Porém, parece-me equivocado depreender disto duas conclusões frequentes.

1. Contrariamente ao que pensam os críticos da modernização, creio que a busca de uma "síntese cultural" não pode substituir o desenvolvimento da racionalidade formal. Tomar consciência da ambigüidade da secularização (a "dialética do iluminismo") não implica renunciar às pretensões do racionalismo. Antes ao contrário. Já não podemos mais conceber a integração nacional a partir de uma suposta identidade cultural predeterminada; trata-se de constituir uma identidade social. Um caminho é precisamente a democracia e, na América Latina, esta só se fortaleceria — ao menos no momento — mediante uma maior "racionalização" das relações sociais.

2. Dentre as duas ou três coisas que sabemos da democracia, aprendemos que a sacralização dos princípios políticos em verdades absolutas desemboca na guerra e/ou na ditadura. A democracia pressupõe uma secularização da política. Mas não a confundamos com a hiper-secularização defendida pelos que confiam exclusivamente na força integradora do mercado. Amplos aspectos da vida social não conseguem se articular nem pelo mercado nem através de mecanismos burocráticos. Os dispositivos de integração sistêmica têm um alcance limitado, para além do qual produzem distorções e contradições.

Retornar ao tema da secularização parece-me um desvio útil para pensar nossas dificuldades para a institucionalização da democracia. É claro que não podemos invocar um núcleo comum de valores e significados relativamente estáveis, que conformem o marco reconhecido por todos para a regulação e a resolução dos conflitos. As distintas interpretações que suscitam os direitos humanos apontam a precariedade de qual-

6. Adam Przeworski, "Ama a incerteza e serás democrático" (*Novos Estudos CEBRAP*, n.º 9, São Paulo, julho, 1984).

quer consenso sobre valores, por mais universalistas que sejam. De outro lado, também não podemos restringir a institucionalidade democrática aos procedimentos formais, supostamente neutros. Efetivamente, a legitimidade dos procedimentos formais pressupõe critérios compartilhados acerca do real e do possível, o eficiente e o bem-sucedido. Sem uma referência a essa lógica e ética da ação, as "regras do jogo", de per si, não permitem constituir uma comunidade.

Adam Przeworski salientou recentemente a incerteza enquanto aspecto intrínseco da democracia⁶. Por definição (eleições regulares, princípio de maioria), a democracia não pode garantir o conteúdo das decisões políticas: qualquer acordo presente pode no futuro ser revogado ou modificado por uma nova maioria. Portanto, a transição democrática não pode se fundamentar num pacto substantivo sobre determinados objetivos. Nenhum acordo assegura antecipadamente aos grupos participantes ou beneficiários do regime autoritário a inviolabilidade dos seus privilégios, nem aos grupos excluídos a satisfação de suas reivindicações. Grupo algum tem a certeza de que seus interesses vitais e ainda sua identidade sejam respeitados. A incerteza pode ser tal que os agentes em confronto prefiram não se comprometer com os procedimentos democráticos, fracassando também a tentativa de se estabelecer um pacto institucional sobre as regras do jogo. Daí a conclusão de Przeworski, de que a transição para a democracia não é uma necessidade, mas uma possibilidade: um resultado contingente dos conflitos.

A análise de Przeworski foi publicada em *Novos Estudos CEBRAP* (São Paulo, n.º 9, julho de 1984) sob um título instigante: "Ama a incerteza e serás democrático". O título é uma afirmação polêmica contra as falsas certezas que promete o autoritarismo. Entretanto, irrita-me, pois insinua que a certeza é não apenas uma condição dada, como também desejável.

Ao comentar o referido texto, Hirschman afirma: "Aceitar a incerteza relativamente ao fato de se o próprio programa político será ou não levado a cabo é uma virtude democrática: hei de valorizar mais a democracia do que a concretização de reformas e programas específicos, não importa o quão funda-

mentais os considere em termos de progresso democrático, econômico ou de outra ordem". A citação enfatiza um aspecto: a democracia é mais do que uma constelação de interesses. Mas a argumentação de Przeworski envolve ainda um outro aspecto: a democracia não se inaugura nem se desenvolve em um contexto de incerteza acerca dos interesses vitais, seja o pão ou a liberdade. O caso chileno ilustra dramaticamente como é difícil neutralizar o medo às ameaças, reais ou imaginárias, mediante procedimentos formais. Nas condições econômicas e políticas de nossas sociedades, que colocam recorrentemente a questão da ordem, parece-me insuficiente invocar "a virtude democrática do amor pela incerteza".

Isto não invalida a crítica de Hirschman ao dogmatismo predominante nas deliberações políticas. Enquanto uma opinião firme e imutável é valorizada positivamente, uma outra mais maleável, que se modifica no decorrer de uma discussão, costuma ser vista como sinal de fraqueza. Conforma-se, assim, uma cultura antagônica em que a política é percebida como uma luta de vida ou morte, e a ordem, como a vitória da vontade de poder do mais forte. Todas essas afirmações violentas da própria posição expressam, sem dúvida, uma desesperada busca de certezas. Entretanto, a crítica não pode deixar de resgatar os motivos dessa busca. O problema não se coloca no nível individual: agarro-me a uma idéia por medo ao desamparo em que cairia sem ela. Embora uma serena lucidez me leve a abraçar a incerteza, a vida coletiva requer certezas e, especialmente, certeza precisamente acerca do "coletivo".

A incerteza, em suma, é uma premissa da política, o ponto de partida da democracia. Assumi-la não implica, porém, ignorar as demandas por certeza. Ao contrário, um realismo político bem entendido exige que analisemos com atenção redobrada em que medida a democracia consegue desenvolver referenciais de certeza. Talvez seja este um dos pontos cruciais na difícil institucionalização da democracia.

Norbert Lechner, Membro da FLACSO (Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales).

**Novos Estudos CEBRAP, São Paulo
n.º 17, pp. 59-61, maio 87**
